

## 4

### A teoria da transmissão psíquica na ótica da psicanálise para as redes vinculares

“E no cristal se multiplicam os parentes mortos e vivos, já não distingo os que se foram dos que restaram. Percebo apenas a estranha idéia de família viajando através da carne”.

(Carlos Drummond de Andrade, 1989, p.36)

O estudo da transmissão psíquica vem consolidando um novo ponto de vista com relação à construção e expressão do estatuto da subjetividade e dos vínculos. Isto faz com que, juntamente com Freud (1912a), nos indaguemos até que ponto a mesma não seria o resultado de todos os acontecimentos que influenciaram nossos antepassados.

Para se pensar e escutar a questão do sujeito, do casal e do grupo familiar, impõe-se ter presente à rede intersubjetiva, que acolhe e delimita, uma rede de tecido próprio com legados familiares e culturais. Estes nos fazem refletir sobre o que vem do outro, o que se recebe, o que se transmite, a bagagem que nos constitui e nos impulsiona a criar algo novo, a ser transmitido como um todo, aos que nos sucedem na cadeia das gerações.

Parafraseando Borges, Berenstein (2001) nos lembra que, assim como cada escritor cria seus precursores, modificando com seu trabalho a concepção do passado e do futuro, assim também cada grupo familiar, que se constitui, origina seus precursores e inscreve seus sucessores.

Transmissão, segundo Ferreira (2001), vem do latim *transmissione* e significa “transferência de coisa, direito ou obrigação; trajeto, travessia, passagem; ato de fazer recair uma falta sobre alguém” (p.1988). Também, transferir vem do latim *transfere* e é fazer passar de um lugar a outro, deslocar. Existe, então, um legado dos ancestrais, antepassados e contemporâneos, que vai sendo transferido, deslocado de uma geração a outra. Legado de

direitos e deveres que pode ser assumido como próprio, questionado, contestado ou transformado (Tozatto, 1997)<sup>1</sup>. Legado que se inscreve no sujeito como ideal e se integra ao superego podendo, por isso, ser vivido como desejo próprio.

A transmissão psíquica se dá em dois campos: o geracional ou de transmissão entre as gerações, que transita especialmente pelo eixo vertical, diacrônico e de filiação; e o trans subjetivo ou de transmissão social contemporânea, que transita especialmente pelo eixo horizontal, sincrônico e de afiliação.

A transmissão psíquica tem como elementos constitutivos as impressões<sup>2</sup> que são cunhadas no corpo, no tempo anterior à representação, as inscrições de traços de memória que supõem representações recalçadas e as impressões produzidas por traumas dolorosos que se dão pela vida.

Podemos dizer, mais exatamente, que a divisão em dois campos é uma estratégia didática para clarificar o predominante em cada um. Tendo presente que a subjetividade se constitui na intersubjetividade e é sempre atravessada pela trans subjetividade, consideramos que os conteúdos da transmissão psíquica são regidos pela influência mútua entre os campos geracional e trans subjetivo. O geracional, integrado à cadeia de transmissão e legado aos sucessores, é, também, trabalhado no tempo histórico presente. Ele vai sendo dinamizado por forças do campo trans subjetivo da transmissão, que também é irrigado pelo que lhe chega do campo geracional.

#### 4.1.

#### **O campo do geracional ou a transmissão psíquica entre as gerações**

“Não há coisa oculta, que não acabe por se manifestar, nem secreta que não venha a ser descoberta”.

(Evangelho de S. Lucas 8, versículo 17)

---

<sup>1</sup> Algumas dessas colocações foram desenvolvidas no artigo “Transmissão Psíquica e Grupo Familiar”, publicado na Revista FOCO da SPCRJ – Sociedade de Psicanálise da Cidade do Rio de Janeiro, em 1997.

<sup>2</sup> A idéia de *impressão* retorna o uso freudiano de *eindrücke* que significa imprimir, enfiar, fazer entrar por pressão, fazer impressão.

A teoria com que contamos hoje sobre a transmissão psíquica entre as gerações traz desdobramentos à metapsicologia freudiana, como legada por Freud, já que vem falar não só do representável como também do inominável, do que deveria estar representado e permanece no vazio, no oco.

A metapsicologia da intersubjetividade (como já visto nos capítulos anteriores) exige pensar o genealógico, aquilo que se transmite e nos antecede como parcela fundamental da subjetividade e da formação dos vínculos. Mas qual é o significado de genealógico?

Segundo Ferreira (2001), *geracional* é derivado de geração, do latim *generatione* e significa “grau de filiação de pai a filho, posteridade, descendência, linhagem, estirpe, ascendência, genealogia” (p.983). Já *genealógico*, deriva de genealogia e refere-se à série de antepassados, estudo da origem das famílias, procedência ou origem.

A pesquisa do campo do geracional permaneceu durante muito tempo à margem do interesse dos psicanalistas, criando um lapso que se manteve até 1961. No período de 1961-1975, os trabalhos, sobre a cripta e o fantasma, dos psicanalistas húngaros radicados em Paris, Nicolas Abraham e Maria Torok (1995), abriram o leque da transmissão psíquica. Estes autores têm o lugar de precursores na criação do campo geracional, e marcaram os psicanalistas da época, assim como os sucessores, apresentando um ir além do pulsional, que, com vigor, definia o que era da ordem da psicanálise até então. Eles propunham que a transmissão psíquica se exerce através de dois registros complementares: o intergeracional e o transgeracional.

O registro intergeracional diz respeito ao que é herdado de outras gerações. Inclui tudo que nos é dito dentro da ordem simbólica (história, romance familiar, lendas e mitos), constituindo a identidade familiar e a herança positiva da filiação. Positiva, aqui, faz referência à herança explicitada ou revelada.

O registro transgeracional carrega significantes, esvaziados de sentido, que irrompem na cadeia associativa vincular. Esses são transmitidos sem que tenham passado pela história, mitos e lendas familiares. São os chamados “objetos brutos”, no dizer de Granjon (1994), o não dito que invade o campo psíquico vincular ou individual, criando falhas nas funções dos aparelhos psíquicos envolvidos.

Partindo deste legado teórico e mantendo como raiz a contribuição freudiana, os psicanalistas contemporâneos vêm desenvolvendo estudos sobre a transmissão psíquica no contexto conjugal, familiar e cultural.

Os teóricos franceses, Kaës, Ruffiot, Eiguer, Benghozi, entre outros, estudam mais a transmissão psíquica no eixo vertical de filiação, tendo como foco a construção dos conteúdos familiares transmitidos entre gerações diferentes. Eles vêm dando maior ênfase, nas suas investigações, aos avatares da transmissão transgeracional com tudo o que se constitui no negativo da transmissão.

Já os argentinos Puget, Berenstein, Rojas e Gomel – citando apenas os de produção teórica mais significativa – vêm, neste novo milênio, trazendo indagações sobre a incidência dos acontecimentos contemporâneos nas modificações subjetivas do grupo familiar e sobre a possibilidade de conteúdos sociais invadirem diretamente as redes familiares.

Ao revisitar o tema da transmissão psíquica, passo a fazer uma tecelagem teórica (com fios de uma e outra abordagem) inevitavelmente marcada pelo meu percurso clínico, tanto em consultório particular como em contexto comunitário.

Numa concepção de legados transmitidos em cadeia, seja da ordem da cultura como especificamente da família, a origem é conjugada também no presente e não apenas no passado. Diante disto, a construção da subjetividade muda porque o legado é constituído de matéria-prima transformável. Considera-se matéria-prima de transmissão os desejos, valores, mitos, lendas, fantasias e

histórias que o grupo familiar vai modelando de geração em geração, atualizando a origem e transformando o legado. Há, então, um deslocamento da origem para o tempo presente, origem metamorfoseada a cada vínculo estabelecido. Em alguns casos, no dizer de Julien (1997), perde-se a origem para instaurar uma nova origem<sup>3</sup>.

Ao assumir a origem, cabe aos integrantes de cada geração realizar o trabalho de apropriação da realidade recebida, imprimindo a sua própria marca, tanto na herança familiar como na cultural. O que se transmite são as realidades psíquica, vincular e social, que se constituem em produções de sentido do sujeito ou do grupo familiar e são construídas através da história.

Segundo Laplanche & Pontalis (1971), a realidade psíquica é constituída pelo desejo inconsciente e as fantasias a ele relacionadas no psiquismo do sujeito. Rojas (1998) acrescenta as noções de realidade vincular e social. A realidade vincular inclui uma dimensão material concreta, de presença do outro, que abre a possibilidade de estabelecer diferenças entre o outro - objeto interno da realidade psíquica – e o outro do encontro vincular com o qual se constitui uma realidade específica nova. A realidade social é formada pelo conglomerado de representações socioculturais, na dimensão inconsciente, que apresenta capacidade constitutiva das realidades psíquica e vincular.

O tema da transmissão psíquica fica, então, inscrito na metapsicologia para as redes vinculares, onde a realidade psíquica, no seu significado estrito, adquire mais sentidos ao transbordar para significantes vinculares e culturais ou sociais.

Na construção dos antecedentes familiares, corremos o risco de enquadrar a transmissão psíquica geracional numa visão determinista e linear, esquecendo que a riqueza deste campo se constitui no enfoque de não determinação, de transformação, criação, surgimento ou emergência de novas determinações e

---

<sup>3</sup> Nova origem equivale ao que Berenstein chamou de “ponto de partida”.

legados. Ter presente esta bagagem intersubjetiva e, particularmente, o lugar da transmissão psíquica geracional tem produzido transformação na clínica psicanalítica dos vínculos, assim como na cura individual. Em cada dispositivo, seja individual ou vincular, a escuta é ampliada, presentificando a pré-história familiar dos ancestrais e antepassados e, assim, contribuindo para resolver os conflitos transmitidos de uma geração à outra. Valorizando esta experiência clínica, os psicanalistas atentos às redes vinculares desenvolveram estudos sobre a transmissão psíquica geracional familiar e cultural.

O que é chamado transmissão psíquica geracional vem sendo nomeado de diversas formas no campo teórico da psicanálise. Carel (1998), parafraseando Lebovici, fala em “herança de geração” e em “alegoria genealógica”. Já Eiguer (1998) fala em “transmissão da vida psíquica entre gerações”. Outros autores, como Baranes (1996), referem-se à “transmissão transgeracional”, e Berenstein (1981) fala em “transmissão de irracionalidade”, termo que será posteriormente usado como sinônimo de transmissão psíquica. Já Tisseron (1995) prefere falar em “influência psíquica” para nomear a transmissão como uma ação, voluntária ou não, que um exerce sobre o outro. Com esta colocação, relativiza a marca do inconsciente e passa a valorizar também o contexto comunicativo.

A transmissão psíquica geracional não acontece no fluxo biológico, nem no genético. Ela se dá pelo discurso, pela identificação, pela interfantasmática, por tudo aquilo que foi dito e por tudo aquilo que permaneceu não dito, muitas vezes tendo inscrição somática, que é denunciada pela “memória corporal” (Fontes, 2002). Para esta autora, na transferência, freqüentemente, acolhemos um retorno das impressões sensíveis traumáticas, que se presentificam por meio do corpo, garantindo, assim, a continuidade histórica da transmissão psíquica.

A transmissão é função privilegiada do grupo familiar e está na base da constituição subjetiva. O filho constitui o seu desejo e consegue a separação psíquica dos pais, apropriando-se do que

reteve do desejo parental e do que construiu em seu romance familiar inconsciente, elaborando os acontecimentos que durante a vida lhe permitem transformar os conteúdos da transmissão.

Há, então, uma transmissão psíquica positiva e uma negativa. Pela transmissão psíquica positiva, o sujeito adquire ativamente o que recebe dos pais e faz sua identificação, tendo, como patrimônio geracional, tudo que dá suporte à continuidade narcísica e à manutenção dos vínculos intersubjetivos como a bagagem de ideais, mecanismos de defesa, certezas e dúvidas (Kaës, 1998). Pela transmissão psíquica negativa, há uma matriz ou base idêntica que favorece a repetição com uma apropriação direta de uma parte do outro (Kaës, 1993).

A transmissão psíquica geracional nos faz herdar inclusive o que nossos ancestrais calaram, bloquearam ou esconderam, impedindo ou dificultando a transformação psíquica. São fantasmas, mortos-vivos, que são percebidos na atmosfera familiar por não serem simbolizados. Elementos de outras gerações que estão como parasitas no sujeito, no casal e/ou no grupo familiar como um todo, criando um texto subentendido, implícito, um clima apenas.

Kaës (1996) propõe a idéia de uma transmissão de destino, que se desenha como uma inelutável compulsão a transmitir. O inelutável refere-se a uma mensagem inconsciente, transmitida sem transformação de geração em geração, ficando alguns dos descendentes como depositários forçados de um destino familiar. Pela força do inelutável, o protagonismo de cada geração fica impedido e se mantém o assujeitamento de seus integrantes, em maior ou menor grau, aos mandatos dos antecessores.

Retomando o legado de Bion, Kaës (1996) faz a diferença entre a transmissão de objetos transformáveis e não transformáveis. Os objetos psíquicos inconscientes, que acolhem a transformação, são os sintomas e atos falhos, transferidos sobre o terapeuta ou metamorfoseados espontaneamente na vida intrafamiliar. Por outro lado, os objetos não transformáveis, que permanecem congelados,

têm como função atacar a possível metamorfose familiar, grupal ou dos terapeutas.

O não simbolizado ou o simbolizado deficitariamente pode transcender a história familiar. O não atingido numa geração pode ser transmitido em sua potencialidade traumática aos descendentes, já que o que não é dito e permanece não revelado acaba deixando impressões ou verdadeiros traços de memória que se calam.

Para Tisseron (1995), o indizível de uma geração se transforma no inominável da geração seguinte e no impensável da terceira geração. Estes conteúdos passam de uma geração à outra como blocos de concreto sem palavras. Na clínica, o terapeuta precisa ser depositário desta carga. Quando elaboradas, as experiências vividas e as representações dos ancestrais são transmitidas com aceitação e surgem como mitos. Já as experiências que não têm esta elaboração (lutos, suicídios, incestos, crimes) não podem ser faladas e permanecem como “criptas” ou material encriptado.

Para compreender o significado da cripta e do encriptado, faz-se necessário retomar a colocação ferencziana sobre o trauma. Ferenczi (1932) reconhece que, na origem de todo trauma, há sempre a presença de um acontecimento real e de um desmentido do adulto, visto como um modelo ideal de identificação. O trauma se configura pela confusão de línguas, já que a criança utiliza a “linguagem da ternura” e tem como resposta do adulto a “linguagem da paixão”, que lhe chega como invasão impossível de decifrar.

Este trauma patológico serviu de ponto de partida para as contribuições teóricas de Abraham & Torock (1995), que passaram a salientar um impedimento na elaboração intersubjetiva do acontecimento que produziu um trauma. Eles tiveram como preocupação constante, na sua obra, compreender as ressonâncias do trauma através das gerações e a possibilidade de transformação ou reconstrução psíquica.

Na tentativa de aprofundar os efeitos da transmissão psíquica transgeracional, deixaram, como legado teórico, duas novas configurações metapsicológicas: a cripta e o fantasma.

O conceito de *cripta* fala de um enquistamento de algo vivido como traumático. A vergonha e o segredo aparecem como manifestações sempre presentes na construção da cripta. Ela tem suas raízes num luto patológico que provoca um transbordamento libidinal inaceitável, já que se dirige aos pais ou outro membro do grupo familiar. A *cripta* é o albergue de uma realidade vergonhosa que deve permanecer em segredo. Hospeda um desejo inconfessável e ilegítimo, que resta sepultado.

Para que a cripta permaneça enterrada, ela é conservada numa zona clivada do ego onde a clivagem se dá por um “recalcamento conservador” (Abraham & Torock, 1995), que se opõe ao processo de introjeção e realiza uma incorporação. Segundo estes autores, a introjeção está vinculada à linguagem e atribui sentido à experiência. Já a incorporação, apresenta-se quando falta a palavra, impedindo, assim de chegar ao sentido oculto.

Muitas vezes o segredo ou realidade vergonhosa de uma geração anterior é depositada inconscientemente como *fantasma*<sup>4</sup> na geração seguinte. Tort (1986) diz que, na construção genealógica, há um “estranho encontro”, confirmando o retorno de um fantasma que determina o destino do sujeito. Este “estranho encontro” faz reatualizar, no sujeito e no grupo familiar, a marca do transmitido transgeracionalmente.

O *fantasma* expressa os efeitos dos segredos e vergonhas da família sobre as gerações seguintes, mostrando a ressonância da cripta e do encriptado na vida dos descendentes. Ele retorna a partir do inconsciente e cria assombrações, fobias ou loucuras, podendo atravessar mais de uma geração. Esse passado é presente no sujeito e no grupo familiar como um *bloco de realidade* que não morre completamente, mas também não pode voltar a viver. Permanece

---

<sup>4</sup> Fantasma de *fantôme* refere-se a espectro mal-assombro de alma penada ou defunto que reaparece geralmente de forma não muito nítida.

indizível e imprime uma modificação subjetiva oculta. Pela transmissão psíquica transgeracional, a família impõe representações aberrantes, fazendo com que o depositário da doença familiar carregue o resto de um delírio de filiação e construa uma teoria delirante sobre sua origem.

O *fantasma* tem função dupla na organização familiar: por um lado, é um elemento estruturante do psiquismo; por outro, constitui-se em elemento patológico, por criar na subjetividade e nos vínculos uma lacuna provocada pelo segredo parental. Para Granjon (2001), é trabalho da psique construir, organizar e transformar heranças em estado bruto que não foram elaboradas e que infiltram o tempo presente.

Esta transmissão psíquica transgeracional pode ter representações ocas ou cheias, segundo a classificação de Eiguer (1989). As representações cheias nos falam de luto incompleto pela perda de um outro idealizado ou de segredo familiar, a partir de algo inaceitável porque é vergonhoso. Já as representações ocas falam da erotização de um destino familiar de fracasso ou invalidez. Este tipo de representação faz com que o casal ou grupo familiar herde uma atração por vivências condenadas ao fracasso e uma certa aceitação da desgraça e da fraqueza.

Já sem a marca do inelutável, a transmissão atualiza um legado organizador, reparador e bem acolhido, que se vai metamorfoseando a cada geração. Como eixos privilegiados da transmissão psíquica, estabelecem-se contratos inconscientes, que inundam os vínculos familiares a serviço do positivo ou do negativo da transmissão.

Os vínculos familiares se estabelecem firmando contratos inconscientes que atualizam uma *trans-missão* a ser repetida, contestada ou transformada e realizam um acerto de contas com as famílias de origem. A *trans-missão* psíquica geracional se inscreve como um componente privilegiado do narcisismo, que perpassa as gerações da família. Ela nos impõe uma ferida narcísica, já que uma parte do funcionamento psíquico individual e vincular origina-se

nos problemas não resolvidos pelos nossos ancestrais (Kaës, 1993). Muitas vezes, o grupo familiar não se sente no direito de merecer ser feliz. Tomado por um sentimento de dívida com seus antepassados precisa cumprir a sua “missão”. Fica inconscientemente compelido a executar um ato, a fim de resolver o conflito vivido pelas gerações anteriores e que permaneceu não resolvido. O motor do ato nada mais é do que a lealdade com os que o precederam.

Cada membro do grupo familiar, porém, tem dupla inserção. Por um lado, ocupa a mesma posição que o familiar ocupou na geração precedente, assumindo o lugar de suporte de um fantasma e, por outro lado, é uma prova da sucessão das gerações na linha do tempo, tendo poder de transformação com relação aos antecessores. Cada um é o outro, o diferente radical que pode ameaçar a organização familiar e também recriá-la.

Há uma continuidade da vida psíquica entre as gerações que configura o aspecto teleológico da transmissão psíquica e que possibilita o progresso de uma geração com relação à anterior. O progresso se inscreve por duas vias: a epigênese e a neogênese. Pela epigênese (Kaës, 1996), temos a atualização de funcionamentos e organizações potenciais, que se presentificam no campo intersubjetivo a cada vínculo estabelecido. Pela neogênese (Laplanche, 1989), questiona-se o princípio de conservação, o já estabelecido, propondo-se haver acontecimentos que apresentam novas construções e possibilidades inéditas ao vínculo.

Não apenas herdar mas também transmitir parecem ser duas necessidades humanas. Nesta cadeia de transmissão e herança, fica excluída uma causalidade linear de pais para filhos, mas a constelação familiar é um dos espaços que introduz questões importantes da vida, principalmente nos primeiros anos do desenvolvimento. Parafraseando Benghozi (1994), podemos dizer que há uma “causalidade circular interacional e construtivista” (p.257), que é testemunha de todo um trabalho de reconstrução e de construção.

No trabalho de construção e reconstrução da cadeia intergeracional, há um resto que permanece como sofrimento. Para Fustier e Aubertel (1998), esse sofrer tem duplo significado: de dor e também de prontidão para a transformação.

Segundo Eiguer (1989), a transmissão psíquica geracional recoloca em jogo tudo que foi legado; o casal ou novo grupo familiar vai modelando um amálgama constituído por elementos pulsionais não representáveis e elementos genealógicos herdados dos ancestrais e antepassados. Este amálgama de formações psíquicas comuns corresponde ao nível sincrético, fundo não revelado que precisa ser mantido clivado, fora do campo vincular e da circulação fantasmática. A transmissão psíquica geracional tem, então, participação ativa e inconsciente na construção da história familiar, já que atualiza o legado das famílias de origem na construção do vínculo conjugal. O novo casal será transmissor de vida psíquica aos seus herdeiros. Entre os herdeiros que desempenham a função filial estabelece-se o vínculo fraterno. Este surge como mais um portador privilegiado da transmissão psíquica e, junto com o vínculo conjugal, apresenta a contemporaneidade ao grupo familiar.

#### **4.2.**

#### **O casal como transmissor de vida psíquica**

“Se eu sou eu porque eu sou eu,  
se você é você porque você é você,  
então eu sou  
e você é.  
Se eu sou eu porque você é você,  
e você é você porque eu sou eu,  
então eu não sou  
e você não é.”

Autor desconhecido

Pelo encontro dos parceiros, atualiza-se a herança genealógica de cada um, herança que se instala como contorno da escolha amorosa para a construção do casal.

Cada um de nós vive um duplo jogo de amor intenso, o incesto e sua proibição nos vínculos familiares de origem. É através deste jogo precoce que cada parceiro em potencial se prepara como sujeito para investir no vínculo amoroso *a posteriori*.

O vínculo amoroso terá fundamentos no sentimento de carência e no desejo. Ele cria uma ilusão de completude em que os cônjuges se remetem a um sentimento semelhante ao definido como oceânico:

“No auge do sentimento de amor, a fronteira entre ego e objeto ameaça desaparecer. Contra todas as provas de seus sentidos, um homem que se acha enamorado declara ‘eu’ e ‘tu’ são um só, e está preparado para se conduzir como se isso constituísse um fato.”

(Freud, 1930, p.83)

Na vida social como um todo, cada sujeito é chamado a se apresentar como indivíduo completo, sem a sua parte arcaica, que não é aceita. Na verdade, podemos dizer que, na vida social, tudo de mais primitivo, primário, regressivo, infantil fica sem espaço.

No encontro amoroso, inicia-se um processo de mitologia que tem embasamento nos fantasmas, trazidos por cada parceiro, assim como nas fantasias e expectativas (tantas vezes não explicitadas!) que vão sendo criadas na construção do vínculo conjugal. A clínica do vínculo conjugal revela que a intimidade do casal, muitas vezes, fica comprometida a partir de um mito de origem que impõe um afastamento ou desvio de função, como mostra o fragmento clínico a seguir.

Sara pertence a uma família judaica com fortes legados de endogamia e matriarcado. Tem como missão construir uma nova família e, para atender à expectativa dos pais, escolher um parceiro também judeu. Roberto tem uma família de origem não judaica, que transmite um legado de desamparo, agravado pelo vazio de cuidados materno e paterno. Ao iniciar o processo psicanalítico de casal, percebem-se como mãe e infante num cotidiano de violência primária, inadequada para o presente do vínculo conjugal. Durante o

processo de construção de casal, vão transformando seu funcionamento vincular, mas algo parece impedir o exercício da sexualidade. Qual é o contrato inconsciente de Sara e Roberto? Quando Sara e Roberto casaram, firmaram um contrato inconsciente pelo qual dariam continuidade à ilusão de completude da família judaica, que deseja se manter endogâmica. Roberto, movido pelo desamparo no funcionamento da sua família de origem, assimila facilmente as tradições e valores da família de Sara, é recebido como filho pelos seus pais e passa a ocupar o lugar do irmão que mora distante. O contrato inconsciente faz também com que Roberto fique atendido no seu desejo de cuidado parental. O exercício da sexualidade fica interdito, o sexo fica proibido por Sara e Roberto viverem um vínculo fraterno e não um vínculo conjugal.

A escolha amorosa se dá como fundadora de uma rede vincular que encerra uma formação de compromisso inconsciente entre os legados familiares de origem, os desejos individuais e os acontecimentos sociais do tempo atual. O acaso é o que coloca em jogo a possibilidade do encontro<sup>5</sup> (Benghozi, 2003). Ele cria um campo de possibilidades para múltiplos encontros em que um encontro pode vir a ser privilegiado. Este encontro só acontecerá se corresponder a uma função da economia psíquica, já que a escolha se constrói tendo como alicerce os vínculos.

Freud (1914) já dizia que todos levamos uma dupla existência. Por um lado, somos para nós mesmos o nosso próprio fim; por outro lado e ao mesmo tempo; somos membros de uma cadeia à qual ficamos assujeitados contra nossa vontade ou, ao menos, sem a ação desta. Este duplo estatuto comporta uma região de interseção, ou seja, um espaço psíquico para além do intrasubjetivo, também intersubjetivo e transubjetivo.

O vínculo de casal atualiza uma ferida narcísica, pois cada um está ligado a uma rede interfantasmática e a redes vinculares atuais. A presença inconsciente do outro e do seu desejo está

---

<sup>5</sup> Colocação pessoal.

radicalmente presente em cada um. Todo casal se constitui devedor de histórias que são ligadas a ele e precisa resolver que lugar as marcas que o outro deixou terão na sua vida. De acordo com Benghozi (1994), a formação do casal estende uma malha genealógica que se faz do entrecruzamento das linhagens familiares da origem de cada parceiro. Estas lealdades com o familiar permitem manter a integridade e a continuidade do sistema de filiação e depositam, em nível do eu-pele do casal (Anzieu, 1988), restos genealógicos de suas histórias de pertença familiar. Há “um tecer interfamiliar que entrecruza, em ressonância, o negativo de cada linhagem familiar de origem” (Benghozi, 1994, p.260).

O legado familiar diz que é preciso ocupar um lugar na fantasia dos pais ou dos avós. Isto confirma que “existe um apoio de formações psíquicas sobre o grupo e sobre as instituições, particularmente e em primeiro lugar, sobre seus representantes e suas formas imediatas carregadas de significação: a família, a mãe” (Kaës, 1978, p.19-20).

No casal, cada cônjuge é, então, depositário de “objetos ancestrais” (Eiguer, 1998) que, muitas vezes, estão associados ao outro ou a objetos internos do parceiro escolhido.

Na clínica, desvendamos, como um dos eixos do trabalho, uma sintonia ou complementaridade dos legados familiares de cada membro do casal. Em alguns casos, deparamo-nos com um repetir em espelho, já que o ocorrido na história familiar de origem de um se apresenta também na história familiar de origem do outro. O repetir em espelho fica evidenciado na realização do genograma familiar.

A força dos legados familiares faz, em outros casos, com que os casais permaneçam cristalizados em uma união insuportável, já que a separação é vivida como impossível. Há um lema inconsciente: “ficar juntos nos mata, separar-nos é mortal” (Vilhena, 1991, p.9). Repetidamente escutamos o dilema em que cada parceiro se encontra por tentar conciliar diferentes lugares e funções: ser marido da esposa, pai da filha, continuando a ser filho

de sua mãe e criança de seus pais e ancestrais. Para se posicionar diante disto, o casal precisa tomar posse dos fios verticais e horizontais da transmissão psíquica inconsciente para transformar a rede interfantasmática em algo próprio.

O casal vive o conflito de se defrontar com o dilema da perda ou conservação de seus limites, “porcos-espinhos” que desejam maior aproximação, mas a evitam com medo de se ferirem. O símile de Schopenhauer sobre os porcos-espinhos, citado por Freud (1914), exemplifica o que todos sabemos: ninguém tolera uma aproximação demasiado íntima com o outro. Principalmente os vínculos que possuem certa estabilidade, entre eles o vínculo conjugal, contêm um sentimento de hostilidade e aversão que permanece reprimido. A ambivalência de sentimentos se expressa com intensidade quando existe realmente vínculo. Desta forma, o relacionamento com o outro é uma das fontes de sofrimento, talvez a mais penosa, dizia Freud (1930). Assim como o sujeito, o casal apresenta um mal-estar estrutural que faz com que o ideal de bem-estar vincular apresente fissuras, já que o reconhecimento da singularidade do outro impõe uma ferida narcísica ao eu.

Féres-Carneiro (1994), partindo de sua vasta experiência clínica, afirma que “a rigidez e a estereotipia quase sempre caracterizam a patologia, enquanto a flexibilidade e a mudança apontam para a saúde” (p.41).

Freqüentemente, o casal expressa “repetições mortíferas” (Almeida Prado, 1999), que se atualizam transferencialmente na psicoterapia. O que se repete é o que não está resolvido na história de cada um, seja no nível individual, vincular ou geracional. A autora acrescenta que os conflitos são construídos com um devenir de longa data, devenir que, em geral, propicia a própria decisão de casar e que envolve três gerações: o que não foi elaborado na primeira geração (os pais), se repete na segunda geração (casal) e se reapresenta na terceira geração (os filhos). As repetições mortíferas fazem com que os sentimentos de frustração e ataque sejam maiores nos casais em que seus pais não souberam resolver sua luta

vincular. O casal que carrega esta história passa a esperar ainda mais do seu casamento e também do processo analítico vincular.

Segundo Féres-Carneiro (1994a), muitas vezes, é somente no vínculo conjugal que acontece a metabolização de algumas tendências arcaicas e regressivas individuais que ficariam sem manifestação. “Diante do casal, o clínico tem um acesso privilegiado a uma mobilização psíquica que individualmente ficaria inacessível” (p.54).

Nos casais mais indiscriminados, é comum um cônjuge não perceber o outro com as suas diferenças. O parceiro funciona como tela na qual o outro se projeta ou como imagos através das quais podem tentar aliviar desejos e feridas do passado, nascidas de suas experiências originais com suas próprias famílias. Assim, cada um tem restos geracionais preservados que, em grande parte, determinam ou interferem no presente do casal. Algumas vezes, procuram-se inconscientemente pais em vez de parceiros, casa-se, então, com quem pode apontar ou corrigir algo acerca de si mesmo.

O sujeito vai ao encontro do parceiro com um leque de opções para a escolha amorosa e o encontro se configura com liberdade condicional. Pelo encontro dos parceiros se dá o encontro mítico das famílias. Existem famílias mais flexíveis, que toleram o percurso para a realização do próprio desejo, e facilitam o contato exogâmico. Existem outras que, pelo contrário, se apresentam fortemente endogâmicas e sustentam, sem alterações, seus pontos de certeza. Como já foi visto, transmitem um discurso sagrado que impede as diferenças e a singularidade. As regras sagradas impõem como atuar, como pensar, como desejar e, conseqüentemente, como escolher.

Pela via da repetição surge o desejo inconsciente familiar. Há uma matriz simbólica comum dos desejos singulares que têm um lugar de suporte e determinação e que nomeio Rede Familiar Inconsciente – R.F.I. (como visto no capítulo 2). O sujeito é, como afirma Rojas (1988), porta-voz de um argumento estrutural que se faz palavra, ato e repetição através dele. A função de corte que

separa o sujeito da família de origem é designada função terceira da R.F.I.. Quando falo em *função terceira* quero lembrar que existe hoje uma nova política de investimento afetivo e de poder. Passos (2003a) afirma que o investimento afetivo se faz “num quadro no qual as relações de poder se instituem como um sistema de trocas em que declina cada vez mais o poder de um sujeito sobre o outro” (p.3). A função paterna, que sempre regeu a lógica psicológica e psicanalítica da família, é, hoje, apenas uma das possibilidades da *função terceira*, que não pode entrar em declínio e precisa acontecer nas mais variadas formas de casal ou de família. Esta, como todas as funções, sempre apresenta falhas e, pelas falhas, se instalam, no casal, formas inconscientes das famílias de origem, e a repetição se faz presente.

A clínica mostra que, quanto maior a discriminação do casal com relação às famílias de origem, maior é a possibilidade de saúde conjugal. Das famílias de origem à família conjugal, observamos que alguns casais estabelecem sua base relacional profunda (zócalo), com o predomínio da transmissão intergeracional, e conseguem a transformação vincular de uma geração à outra. Outros expressam um predomínio da transmissão transgeracional, na qual são invadidos por conteúdos que atravessam as gerações sem espaço para o novo.

A sessão clínica pode revelar o que se dá de re-petição, de re-encontro e de des-ilusão no vínculo conjugal, assim como a possibilidade de criar encontro e suplementar o estabelecido.

Ao se construir, o casal vai realizando um percurso do objeto único (a mãe) ao objeto amoroso ou unificado, implicando numa maior complexidade vincular. Narcisismo e diferenciação marcam, então, o tempo vital conjugal no caminho de um objeto ao outro. Prefiro falar em tempos. Tempo do narcisismo, tempo da diferenciação. Tempos pelos quais o casal passa indo e voltando, ora mais num, ora mais no outro.

Pela ilusão de completude, que marca o início do namoro, o parceiro propicia o tamponamento da falta. Fusão e indiscriminação

estabelecem lugares de abastecedor-abastecido e a completude minimiza angústias vinculadas ao desamparo originário. O outro é espelho de si próprio sem a qualidade de objeto desejado e é atacado nas suas diferenças, ficando reduzido apenas a funcionar como receptor das necessidades insaciáveis do eu.

Segundo Berenstein, Puget e Siquier (1984), no tempo do narcisismo cada um tem suas respostas e não se cria a possibilidade de formular perguntas. O vínculo é afetivamente pobre; a possessividade, a inveja e o ciúme se expressam com intensidade; a capacidade de reconhecer o outro e se doar aparece com extrema fragilidade. Tudo que é significado como corte ou discriminação pode ser fonte de angústia.

Quando a existência do outro, porém, começa a ser percebida, acontece a desilusão com a desestruturação da relação narcisista especular. O sofrimento se instala ao viver a diferença. Não são um bloco só, não são apenas “nós” ou “a gente”, como se nomeiam, indiscriminadamente, a cada sessão. É forte o medo de se deparar com o novo, “o estrangeiro”, desconhecido da trama fantasmática familiar que ameaça e alimenta fantasias de separação, de desestruturação. A percepção de que são diferentes se inscreve como acontecimento biográfico a ser decodificado. E, além destes elementos mais permanentes, que variáveis o tempo contemporâneo inscreve no casal?

O fim dos ideais sociais, religiosos, políticos e até familiares faz com que o casal espere tudo do vínculo estabelecido. Diante disto:

“o amor é uma crença emocional e como toda crença pode ser mantida, alterada, dispensada, trocada, melhorada, piorada ou abolida. Tudo pode ser recriado, se acharmos que assim deve ser, em função do que julgamos melhor para todos e cada um de nós (...)

(...) será que o fundamental é resguardar o núcleo do amor intacto em face da tempestade narcísica e consumista ou recriar novas formas de vida e ver como o amor se adapta ao novo ambiente?”

(Freire Costa, 1998, contracapa)

O amor romântico deixa de ser uma obrigação natural e universal e passa a ser uma opção, mas, até hoje, uma opção privilegiada. Em todas as novas formas que o casal vem adotando, ele continua tendo como missão transmitir um legado sociofamiliar e, ao mesmo tempo, impor-lhe limites. Todo casal vive, então, um conflito, nunca totalmente resolvido, o de ser o casal mítico do ideal familiar e social e, ao mesmo tempo, o de se tornar autor de sua história.

Os parâmetros que definem o casal vêm passando por metamorfoses constantes. A evolução do amor paixão para o amor companheiro tem maior aceitação; o cotidiano, que congregava e unia, hoje tende a desagregar e compartimentar; a tendência monogâmica se mantém, mas com acordos não tão rígidos; a expressão do afeto não é mais do reduto feminino, “o homem também chora, também deseja colo, palavras amenas, precisa de carinho, precisa de ternura...”, diz a canção. A sexualidade, que vinha capitaneada pela procriação, hoje tem como alvo o prazer de viver o desejo sexual, aliado ou não ao desejo de ter filhos. Deste modo, a junção estabelecida pelo amor romântico entre sexo, amor e procriação vem sendo soterrada pela disjunção pós-moderna, e o lema de “até que a morte nos separe” vem sendo substituído por “até que a vida nos separe” (Jablonski, 1998).

Considero todo casal uma família conjugal, já que, no vínculo estabelecido, há sempre a presença de um terceiro simbólico. Por outro lado, concretamente, uma nova família vai-se configurando com a presença dos filhos. Há, psiquicamente, um trabalho de passagem, de transformação do casal em novo grupo familiar.

Ante as mobilizações do mundo atual, entretanto, o casal nem sempre tem clareza sobre os valores que transmite a seus filhos. Diante de tantas incertezas, os filhos procuram sentir alguma segurança adotando, frente aos pais, posicionamentos mais estereotipados de revolta (sendo contra tudo) ou de imitação (sendo iguais em tudo). Tudo parece ser preferível a viver a solidão de trilhar o próprio caminho na estrada familiar e, muitas vezes, cria-

se a doença como forma de resgatar a linhagem familiar e de se sentir vivo e pertencente ao grupo.

Segundo Eiguer (1989), o ancestral, conduzido pelos vínculos, descende da árvore genealógica para chegar aos filhos ou herdeiros do tempo presente. Um filho não apenas abre para novos horizontes de sentido, ele mobiliza a organização psíquica legada pelos antepassados e ancestrais e impulsiona uma reelaboração fantasmática. O valor simbólico do filho é exercer um movimento permutativo na linha genealógica ou linhagem familiar. Com os filhos, instala-se a possibilidade do vínculo entre irmãos e a riqueza da transmissão psíquica pelo vínculo fraterno.

#### **4.3.**

#### **O vínculo fraterno e a transmissão**

“Seus filhos não são de vocês... Embora estejam a seu lado não lhes pertencem. Podem lhes dar seu amor, mas não seus pensamentos; porque eles têm seus próprios pensamentos. Podem abrigar seus corpos, mas não suas almas; porque suas almas habitam na casa do futuro, fechada para vocês. Podem esforçar-se por ser como eles, mas não tratem de fazê-los como vocês; porque a vida não retrocede nem se detém no ontem. São vocês o arco do qual seus filhos são disparados como flechas viventes para o longe”...

(Gibran, 2002 / 1923, p.19)

O vínculo fraterno é, geralmente, o vínculo mais longo no funcionamento familiar. Constitui-se em valioso canal de transformação da transmissão psíquica, ao confrontar a família com os acontecimentos do mundo contemporâneo de cada tempo.

O vínculo fraterno refere-se à dinâmica inconsciente e consciente que circula, entre dois ou mais, na função de irmão. Para Benghozi e Féres-Carneiro (2001), ele se constitui como rede genealógica, pertencente a um código cultural de referência da organização de parentesco. Geralmente, ele ainda se estabelece com relação de simetria e, por se dar numa mesma geração, mantém

relação de proximidade e igualdade. No entanto, em alguns grupos familiares encontramos uma primeira família, com filhos bem mais velhos e uma segunda família, com filhos ainda crianças. Os irmãos podem então desenvolver entre eles um vínculo paterno-filial e não fraterno.

O vínculo fraterno ficou preterido nos estudos psicanalíticos, no entanto, hoje, ante as questões que as novas configurações familiares lhe impõem, temos o desafio de compreender qual é o seu lugar e a sua função na transmissão e transformação do psiquismo. Através dele, a transmissão psíquica não tem um lugar de imposição (como é característico do vínculo parental), mas sim de escolha: “aquilo que os filhos dificilmente aceitam de seus pais acabam aceitando de seus irmãos, primos e amigos” (Eiguer, 2001 p.19).

Este vínculo é marcado não só pelo que os irmãos desejam de seus pais como também pelo que desejam e constroem entre si. Mais tarde, esta via entre os irmãos, será um dos protótipos das relações estabelecidas nas redes vinculares de pertença social e profissional.

Matus (2001) define três tempos para o vínculo fraterno que tem vida própria, para além dos pais e de tudo o que a luta pelo seu amor mobiliza. São os tempos de disjunção, conjunção e diferenciação. Num primeiro tempo, anterior ao complexo de Édipo, há uma *disjunção*, em que o irmão é o rival ante a ligação mãe fálica-filho falus. Num segundo tempo, há um recrudescimento da *conjunção*, como proposta pela lei paterna, conjunção que Matus exemplifica com o texto do *Martin Fierro*, obra-prima do autor argentino Hernandez: “os irmãos sejam unidos, é esta a lei primeira” e que se constitui em mandamento máximo do cristianismo: “amar ao próximo como a si mesmo”. Por último, há um tempo de *diferenciação*, que se constrói pela aliança fraterna que produz a morte simbólica do pai.

Entre irmãos será descoberta a sexualidade e também outros campos desconhecidos. Ao utilizar o jogo como forma de contato, a transmissão entre irmãos tem uma plasticidade maior e limita o risco de imposição da herança psíquica parental. Com os irmãos,

aprendem-se muitas situações de vida e, geralmente, um ocupa o lugar de conservador, mantendo o que é estabelecido pelo grupo familiar e transmitido pelo legado familiar e social, enquanto o outro denuncia as falhas e torna-se porta-voz da transformação psíquica. Alguns autores reservam o lugar de conservador para o filho mais velho e de transformador para outro filho, mas isto não está automaticamente definido. As famílias têm singularidades próprias que inscrevem o lugar ocupado por cada filho.

Diante da força do patrimônio psíquico herdado, os irmãos estabelecem acordos e pactos secretos, que fazem silêncio e mantêm os pais à margem de toda uma “contracultura” familiar com valores próprios, profundamente tingidos pela cultura do contexto social a que pertencem (Eiguer, 2001).

Tudo o que configura os vínculos entre os irmãos constitui a *fratria* como organização grupal, que é mais do que a soma dos psiquismos dos irmãos no seu individual. Na fratria encontramos o investimento na continuidade do previamente estabelecido pelo legado familiar e também o investimento numa transformação vincular, que se faz presente com questionamentos, propostas de mudanças e transgressões.

A fratria nos defronta com paradoxos instigantes. Na sua tecelagem entram, como elementos constitutivos, o desejo de poder e a tentativa de domínio, mas também a solidariedade. Estes criam um espaço potencial para *redes vinculares de pertença* que respaldam a construção subjetiva de cada um, como veremos nos capítulos seguintes.

A transmissão psíquica entre gerações tem como características a singularidade e o dinamismo, já que em cada sujeito e em cada geração nos deparamos com processos de contínua transformação. Esta transformação pessoal, familiar e geracional vai sendo escutada e avaliada, permitindo um diagnóstico e um prognóstico do amadurecimento psíquico.

Na construção do protagonismo pessoal e familiar, acontece um movimento constante, um em-movimento que denuncia a

obediência, a contestação ou a resistência ao legado familiar. Aqui a resistência fala de todo comportamento de ruptura ou não aceitação da ordem legada. A contestação explicita uma atitude crítica de criação ou destruição e a obediência um acolher a herança familiar sem maiores conflitos.

Para Eiguer (1998), os vínculos têm, ao mesmo tempo, um estatuto complexo, inconsciente e convencional. O inconsciente tem, como uma das fontes de inspiração, os vínculos vividos nas relações com os membros das famílias de origem. Por outro lado, o convencional se acha instituído por uma norma social, não escrita e implícita, na qual os comportamentos recíprocos que estão proibidos ou admitidos são obra da sociedade. Frente a esta complexidade, todo grupo familiar constitui um espaço psíquico intermediário para trocas em diferentes níveis.

Pensar a família ou grupo familiar como espaço intermediário nos coloca ante a inter-media-ção que cada grupo familiar precisa estabelecer, para ocupar seu lugar e função de transicionalidade entre a transmissão geracional e a transubjetiva, com a sua demanda de inserção ou pertença social. “Intermediário”, como categoria, está relacionado ao processo de vínculo e ao seu resultado e, por isso, é associado ao processo criativo. A família, como intermediário, participa das características de vários espaços a serem vinculados: “o cultural-transcultural; as significações imaginárias; o genealógico, como pré-história vincular, jogada na trama intersubjetiva; e a psique singular, espaços logicamente diversos, mas não antinômicos. Espaços que se interpenetram propiciando zonas de justaposição e de articulação, linhas de fuga, interstícios e fraturas” (Gomel, 1977, p.28).

Sendo espaço de inter-media-ção e ponto de confluência dos diversos contextos, o grupo familiar acolhe e também filtra as demandas. Entre estas, as demandas da cultura, com suas entradas transubjetivas, têm estado, cada vez mais, presentes na construção dos vínculos familiares e da subjetividade, como veremos no próximo capítulo.